

Assembléia Geral

Dia 9 de setembro, terça-feira, às 14h, no CT,
Salão Azul da Reitoria

PAUTA:

Avaliação da Greve
Avaliação do acordo com o governo
Congresso do SINTUFRJ
Eleição para direção do SINTUFRJ

Fasubra assina acordo com o governo

Os funcionários da UFRJ decidiram rejeitar o acordo assinado entre a Fasubra e o governo. Na mesma assembléia realizada na terça-feira, dia 2, a categoria decidiu retornar ao trabalho. A maioria das universidades votou pela assinatura do acordo.

Páginas 3 e 4

Encarte sobre Congresso e Eleições

SETEMBRO 2003 ■ ANO XVIII ■ Nº 583 ■ seg 8 ■ ter 9 ■ qua 10 ■ qui 11 ■ sex 12 ■ sáb 13 ■ dom 14 ■ sintufrj.org.br ■ sintufrj@sintufrj.org.br

ENCARTE ELEIÇÕES
Sintufrj FASUBRA CUT
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

O 7º Congresso do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFRJ (CONSINTUFRJ) já tem data para acontecer: será nos dias 14, 15 e 16 de outubro, das 9h às 17h, no auditório do Salão Azul no prédio da Reitoria. As eleições que vão indicar a direção da entidade para o período de 2003 a 2005 serão realizadas nos dias 15, 16 e 17 de novembro. A proposta de pauta para o congresso inclui os seguintes temas: Conjuntura nacional e internacional; Universidade e sociedade; Os rumos do sindicalismo no Brasil; Balanço da gestão e Prestação de contas. O CONSINTUFRJ também elegerá os novos integrantes do Conselho Fiscal da entidade para a próxima gestão (período 2003-2005).

As atas para o congresso deverão ser entregues na secretaria do SINTUFRJ impreterivelmente até o dia 15 de setembro, no horário das 9h às 17h. Todas as atas terão publicação garantida na edição do jornal da categoria que circulará a partir do dia 22, quando iniciará a eleição dos delegados. Para garantir tratamento igual para todos, só serão aceitos os trabalhos encaminhados em disquete com até 2.500 caracteres. Ficará a critério do autor (ou autores) a inclusão na página de fotos, ilustrações, infográficos etc., que também deverão ser providenciadas por estes. Todo trabalhador sindicalizado tem direito a inscrever atas para o CONSINTUFRJ.

DELEGADOS - A eleição de delegados ao congresso ocorrerá de 22 de setembro a 14 de outubro, já com a publicação das atas, em todas as unidades. Para cada 30 (trinta) integrantes da categoria no local de trabalho será eleito um delegado, e ainda mais um para cada fração maior ou igual a 15 (quinze), quando ocorrer. Na reunião da unidade que elegerá os delegados, deverão estar presentes no mínimo 5 (cinco) membros da categoria para cada delegado eleito.

Edital de Convocação do 7º CONSINTUFRJ
Eleições de delegados
22/9 a 14/10

Entrega de atas na secretaria do SINTUFRJ até 15 de setembro, entre 9h e 17h (entrega em disquete).

PROPOSTA DE PAUTA:

- Conjuntura nacional e internacional.
- Os rumos do sindicalismo no Brasil.
- Balanço da gestão sindical e prestação de contas.
- O CONSINTUFRJ também elegerá os novos integrantes do Conselho Fiscal da entidade de classe para a próxima gestão (período 2003-2005).



**Vem aí o 7º
CONSINTUFRJ**

Agora, a luta é no Senado

A luta contra o projeto de reforma da Previdência do governo continua no Senado – onde ganhou o nome de PEC 67. Depois do conturbado processo de aprovação em dois turnos na Câmara, agora o debate foi transferido para a segunda Casa do Parlamento brasileiro, que votará o projeto também em dois turnos. A Marcha a Brasília, um dos principais momentos do movimento, reuniu 70 mil trabalhadores públicos em Brasília.

Página 5



Diretora da Letras põe
fogo em exemplares
do Jornal do SINTUFRJ.
Última página

AValiação: Acordo com o governo teria sido o possível dentro dos limites das forças do movimento

Negociações, ponto a ponto

O coordenador do SINTUFRJ e membro da Executiva Nacional da CUT, Agnaldo Fernandes, que compôs o Comando Nacional de Greve da Fasubra por indicação de nossa assembléia, expôs à categoria

o porquê de a Federação recomendar a aprovação do Termo de Acordo. Segundo Agnaldo, quando o governo apresentou a primeira contraproposta (5% em dezembro deste ano e mais 5% em novembro e dezembro de

2004, como o Jornal do SINTUFRJ informou), o Comando identificou que o Palácio do Planalto não tinha perspectiva de implantar o PCU este ano e, talvez, em nenhum momento desta sua gestão, apesar de anteriormente ter afirmado o contrário.

Com base nesta avaliação e também de que o movimento de greve entrava em declínio, o Comando decidiu redigir uma minuta de termo de acordo e levá-la ao governo, que apontava para a construção de um instrumento para a categoria se reorganizar e voltar à carga pela implantação do seu projeto de PCU.

Nova proposta

Na quinta-feira, dia 28 agosto, como relatou Agnaldo, o Comando Nacional de

Greve da Fasubra voltou à mesa de negociação com o governo, que apresentou sua nova proposta, traduzida nos Termos de Acordo. Estavam presentes neste encontro representantes dos ministérios do Planejamento, Casa Civil e Educação. Na ocasião, de acordo com o Comando, o governo informou que não abriria mão do item 2 (veja, abaixo, o texto na íntegra) porque implicava repercussão financeira sobre ganhos judiciais. O comando fez algumas alterações e voltou para negociar no Ministério do Planejamento, quando ficou acertado que o acordo seria assinado.

Por que o indicativo de aprovação

Como a greve não tinha desde o início o objetivo de

pressionar pela implantação do PCU e como também não havia perspectivas de ganhos para este ano – embora o governo tivesse assumido compromisso público de implantar o plano de carreira – o acordo conseguido com o governo, na avaliação do Comando, foi o possível no limite das forças do movimento. “Este é um acordo político, cuja a única vantagem é que mantém um canal de negociação aberto para discutir nossa carreira. Já no início de 2004 teremos que voltar à luta pelo nosso plano de cargo único. Também não há dúvidas de que precisaremos de assessoria jurídica para evitar qualquer perna do governo, principalmente na análise do projeto de lei de adesão à carreira”, concluiu Agnaldo. ■

Foto: Niko Júnior



Agnaldo explicou na Assembléia os motivos que levaram à Fasubra a recomendar a assinatura do acordo

SINTUFRJ APÓIA “ADUFRJ AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA”

A diretoria do SINTUFRJ declara apoio à chapa ADUFRJ AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA com a certeza de que esta entidade se manterá democrática, combativa e autônoma diante do governo, de reitorias e partidos, e que não se desviará da luta pela autonomia universitária, consolidando esforços pela manutenção e ampliação de conquistas históricas dos trabalhadores da UFRJ.

A chapa tem a professora Sara Granemann como candidata a presidente. Sua chapa é conhecida por nós pelo papel cumprido na luta contra a nefasta PEC-40, e isto nos dá a clareza de que a vitória desta chapa será a vitória do movimento e o avanço da unidade.

As eleições serão nos dias 10, 11 e 12 de setembro.

3,17%

A segunda parcela dos 3,17% já foi depositada nas contas. O superintendente da SR-4, Roberto Gambine, disse que algumas dúvidas surgiram em relação aos valores pagos. Uma das razões identificadas, segundo ele, foi o desconto do PSS (Plano de Seguridade Social), que incidiu em menor proporção no pagamento da primeira parcela.

Curtas

Vigilantes – A delegação dos vigilantes da UFRJ que participará do 14º Seminário Nacional de Segurança Patrimonial das Instituições de Ensino Superior partiu na última sexta-feira para João Pessoa (PB) onde será realizado o encontro entre os dias 8 e 13 de setembro.

Delegados Sindicais – Reunião extraordinária na próxima quarta-feira, às 14h, na sede do Sindicato.

PEC 40 e suas implicações – Terça-feira, às 10h, no Espaço Cultural, a professora e membro do GT de Seguridade, Sara Granemann, fará palestra sobre o tema.

Próxima aula de Patchwork, dia 3/10, de 10 às 12h no Espaço Cultural.

Trechos do pronunciamento feito na sessão do CEG de 27 de agosto de 2003*

Prezado Sub-Reitor,
Prezados Senhores Conselheiros,

Em vista da matéria relativa ao Colégio de Aplicação publicada no último jornal da SINTUFRJ, a Direção do Colégio se sente na obrigação de fazer algumas considerações.

(...) Antes de mais nada, achamos gravíssima a afirmativa de que os docentes “estão ignorando a posição do reitor favorável ao ingresso de carentes na UFRJ”. As razões pedagógicas que levaram docentes a considerarem uma prova de nivelamento seguida de sorteio adequada para o ingresso na 5ª série nada têm de interesse elitista, como quer fazer crer o artigo (...).

É complexa igualmente a afirmativa de que “os defensores do nivelamento alegam que o nível dos alunos caiu desde que foi adotado apenas o sorteio”. O sorteio para a série inicial (classe de alfabetização), desde sua implementação, democratização de acesso da qual o CAp se orgulha, nunca foi questionado. Tratou-se, este ano, do sorteio para a 5ª série.

Militza Bakich Putziger
Diretora Geral do CAp UFRJ

Presidente do Conselho Pedagógico do Colégio de Aplicação

*Veja a íntegra do pronunciamento na página do SINTUFRJ na Internet

DECISÃO: *Assembléia põe fim à greve iniciada há dois meses contra PEC 40*

UFRJ rejeita acordo

● Os funcionários da UFRJ decidiram rejeitar o acordo assinado entre a Fasubra e o governo. Na mesma assembléia realizada na terça-feira, dia 2, a categoria decidiu retornar ao trabalho, pondo fim a 62 dias de greve iniciada em 8 de julho -, que teve como eixo original a luta contra o projeto de reforma da Previdência do governo. Na reta final, a greve mudou o eixo para a luta específica pela implantação do Plano de Cargo Único (PCU) e pelo fortalecimento do Comando Nacional de Greve nas negociações em Brasília.

Além da UFRJ, funcionários de outras 10 universidades não aderiram ao acordo, que acabou sendo assinado na manhã de quinta-feira, uma vez que foi aprovado pela maioria das entidades da base da Fasubra (20 sindicatos). Na UFRJ, a maioria dos funcionários presentes à assembléia identificou três problemas na proposta negociada com a Fasubra:



Fotos: Niko Júnior

DEBATE. A maioria dos funcionários da UFRJ presentes à assembléia de terça rejeitou o acordo negociado em Brasília

1 - Põe em risco uma divisão na categoria entre os que optarem pela adesão à carreira e os que venham a não aderir;

2 - Apresenta a opção de

adesão a uma carreira que ninguém sabe qual é;

3 - De saída, congela um direito conquistado judicialmente, o que significaria que na discussão da carrei-

ra que eventual venha a se conquistar o governo já saia na frente.

Outra decisão da assembléia foi a de autorizar a diretoria do SINTUFRJ a

orientar a Assessoria Jurídica da entidade a acionar os mecanismos jurídicos que forem necessários para preservar conquistas judiciais. ■

Questionamentos da assembléia

● O debate sobre o conteúdo do acordo dominou as discussões na assembléia. "Como vamos optar previamente por algo que ainda vai ser implantado? É bom ou não?", indagou a coordenadora do SINTUFRJ, Neuza Luzia. A dirigente disse que a proposta negociada pela Fasubra vai criar uma divisão na categoria. "De um lado os que vão aderir ao acordo; do outro, os que não vão aderir". Neuza disse que o acordo oferece a adesão a uma carreira que a categoria não sabe qual é. Insistindo na rejeição da proposta, Neuza identificou outro problema no acordo: "congela as ações judiciais".

Na mesma linha de intervenção, a coordenadora Ana Maria Ribeiro disse que defender um acordo que estabeleça duas carreiras numa mesma categoria é um contra-senso. "Devemos sair da greve para não ficarmos sozinhos, mas somos um sindicato livre, as ações judiciais são nossas e não podemos vê-las congeladas. Não vamos trocar isso por 5% de aumento salarial. Se votarmos a favor disso vai ser difícil nossos advogados irem para a justiça defender nossas ações. Não podemos aceitar transformar em vantagem judicial nossos ga-

nhos conquistados com muito suor", disse.

Já a coordenadora Denise Góes considerou a proposta da Fasubra como uma ação concreta que colocará sobre a mesa o plano de carreira da categoria. "Não defendo esse acordo com a perspectiva de 5% de ganho salarial. Mas pelo fato de que, com o projeto de lei que vamos elaborar até 30 de setembro, estaremos constituindo nossa carreira. Caso contrário, quando é que vamos estar discutindo nossa carreira com esse governo, que já demonstrou dúvidas quanto a isso em relação ao servidor público? Votar contra o acordo é enterrar de vez a possibilidade de colocar a discussão de carreira até 2006, quando este governo termina."

O coordenador do SINTUFRJ José Carlos Pereira explicou para a assembléia que o acordo não implica abrir mão de direitos. "O acordo é uma sinalização de que vamos manter negociações e luta por uma carreira", lembrou. Paulinho, do IFCS, invocou o histórico de lutas da categoria, que culminou com grandes conquistas, para defender a posição contrária à assinatura do acordo pela Fasubra. "A nossa questão não é perder dinheiro,

porque já estamos perdendo há muito tempo. Este acordo é o mais esdrúxulo que já apareceu. Estamos entregando os anéis. Não sabemos se o governo irá pagar os 5%, porque não está no orçamento atual e nem no de 2004. Ação judicial não é valor judicial, e com o passar do tempo vai acabar. Bastam os oito anos de FHC. Estamos sendo enganados."

Marcelo Cantizano, da Letras, falou que tem dúvidas se, no futuro, o governo irá manter a vantagem judicial. Simone Silva, coordenadora do SINTUFRJ, afirmou que o erro foi depositar uma confiança exagerada no governo na implantação do PCU, não levando em conta sua postura com relação à reforma da previdência. "Eu participei da plenária da Fasubra e lá estava sendo discutido que a greve, que já tinha problemas, deveria ter a tarefa de fortalecer o comando nacional para melhorar a proposta que o MEC tinha apresentado, pois o PCU tinha saído de cena. Esta avaliação foi unânime. Neste sentido era importante amarrar o governo para discutir a carreira, o que só vai ser conseguido com muita luta." ■

AVALIAÇÃO: Acordo com o governo teria sido o possível dentro dos limites das forças do movimento

Negociações, ponto a ponto

O coordenador do SINTUFRJ e dirigente da Executiva Nacional da CUT, Agnaldo Fernandes, que compôs o Comando Nacional de Greve da FASUBRA, expôs à categoria porque a Federação recomendou a aprovação do Termo de Acordo. Segundo Agnaldo, quando o governo apresentou a primeira contraproposta (5% em dezembro deste ano e mais 5% em novembro e dezembro de 2004, como o Jornal do SINTUFRJ informou), o Comando identificou que o Palácio do Planalto não tinha perspectiva de implantar o PCU este ano e, talvez, em nenhum momento desta

sua gestão, apesar de reafirmar o contrário à FASUBRA.

Com base nesta avaliação e também de que o movimento de greve entrava em declínio – embora 23 universidades tivessem aprovado em assembléia manter a greve – o Comando decidiu redigir uma minuta de termo de acordo e levá-la ao governo, que apontava para a construção de um instrumento para a categoria se reorganizar e voltar à carga pela implantação do seu projeto de PCU.

Nova proposta

Na quinta-feira, dia 28 agosto, como relatou Agnal-

do, o Comando Nacional de Greve da FASUBRA voltou à mesa de negociação com o governo que apresentou sua nova proposta, traduzida nos Termos de Acordo. Estavam presentes neste encontro representantes dos ministérios do Planejamento, Casa Civil e Educação. Na ocasião, de acordo com o dirigente, o governo informou que não abriria mão do item 2 (veja, abaixo, o texto na íntegra) porque implicava em repercussão financeira sobre ganhos judiciais. O comando fez algumas alterações e voltou para negociar no Ministério do Planejamento, quando ficou acertado que o acordo seria

assinado.

Por que o indicativo de aprovação

A avaliação do comando, como a greve não tinha desde o início o objetivo de pressionar pela implantação do PCU e também não havia perspectivas de ganhos este ano – embora o governo tivesse assumido compromisso de implantar o plano de carreira – o acordo conseguido com o governo foi o possível no limite das forças do movimento. “Este é um acordo político que será garantido com luta, cuja vantagem é que mantém um canal de negociação aberto para o PCU

que queremos. Já no início de 2004 temos que voltar à luta pelo nosso plano de carreira. Também não há dúvidas que precisaremos de assessoria jurídica para evitar qualquer perna do governo, principalmente na análise do projeto de lei de adesão à carreira”, defendeu Ag-



Veja o acordo

1. O Governo Federal compromete-se a constituir comissão, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da assinatura deste Termo, composta por representantes do Ministério da Educação, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e de representantes da FASUBRA e do SINASEFE, destinada a elaborar, até 30 de setembro de 2003, proposta de Projeto de Lei versando sobre a estruturação da carreira aplicável aos cargos e empregos dos servidores técnico-administrativos e técnico-marítimos ativos, inativos e pensionistas das instituições federais de ensino vinculadas ao Ministério da Educação, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987 e o Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987, ressalvados os de professor de 3º grau, de professor de 1º e 2º graus e dos integrantes da área jurídica abrangidos

pela Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001;

2. Do Projeto de Lei a que alude o item 1 anterior deverá constar, necessariamente, os requisitos de adesão dos servidores à carreira estruturada, dentre os quais a concordância expressa e irrevogável deste no sentido de que as parcelas remuneratórias decorrentes de ganhos salariais obtidos judicialmente até a data imediatamente anterior à da vigência da mencionada norma legal tenham seus valores nominais praticados até aquela data transformados, por ocasião da adesão à carreira estruturada pelo referido PL, em “Vantagem Judicial”, sobre esta passando a incidir exclusivamente os índices de correção relativos à revisão geral de remuneração prevista no art. 37, X, da Constituição Federal;

3. Compromete-se o Go-

verno Federal a atribuir ao referido Projeto pedido de urgência quando do seu envio ao Congresso Nacional, comprometendo-se as partes em envidar esforços no sentido de buscar a aprovação do mesmo até 31 de outubro de 2003;

4. O Governo Federal, através do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, compromete-se a disponibilizar R\$ 16.021.700,00 no exercício de 2003, R\$ 143.616.000,00 no exercício de 2004, e R\$ 314.814.000,00 no exercício de 2005, correspondendo este último à anualização do incremento de despesas previsto para 2004, com vistas à viabilização da aplicação das tabelas salariais relativas à carreira de que trata o item 1 anterior;

5. As tabelas salariais a que alude o item 4 serão constituídas a partir dos atuais vencimentos básicos dos servidores que vierem a integrar a carreira a ser estruturada pelo

Projeto de Lei referido no item 1, devendo o impacto destas ficar limitado aos montantes orçamentários fixados no item 4 anterior;

6. A aplicação do disposto no item 4 deste Termo de Acordo não implica em vedação de utilização de recursos destinados à reestruturação de carreiras, previsto para o orçamento de 2004, para a aprovação de ajustes na carreira criada na forma do item 1.

7. Os servidores abrangidos por este Termo de Acordo e que não fizeram a opção pela carreira constituída na forma do item 1 anterior, no prazo previsto em lei, permanecerão na situação atual, não se lhes aplicando as vantagens salariais decorrentes da aplicação do Projeto de Lei referido no item 1;

8. Os servidores técnico-administrativos e técnico-marítimos das instituições

federais de ensino vinculadas ao Ministério da Educação comprometem-se a retornar ao trabalho em todo o País até o dia 2 de setembro próximo, bem como a repor o serviço repesado durante a greve iniciada em 8 de julho de 2003, até que este seja totalmente normalizado;

9. Em razão do disposto no item anterior, o Ministério da Educação compromete-se a providenciar a devolução, em folha suplementar, dos descontos efetuados sobre a remuneração dos servidores técnico-administrativos e técnico-marítimos das instituições federais de ensino vinculados a ele, promovidos em face da participação desses na greve iniciada em 8 de julho passado, bem assim a suprimir das respectivas fichas funcionais quaisquer anotações referentes à mencionada paralisação laboral.

MAIS LUTA: Mobilização se volta para pressionar senadores com objetivo de barrar a reforma

Agora, é no Senado

A luta contra o projeto de reforma da Previdência do governo continua no Senado – onde ganhou o apelido de PEC 67. Depois do conturbado processo de aprovação em dois turnos na Câmara, agora o debate foi transferido para a segunda Casa do Parlamento brasileiro para ser votado em dois turnos. Se o texto for alterado no Senado, terá que retornar à Câmara. O governo e a própria bancada de senadores petistas esperam que em menos de 30 dias o processo de votação esteja concluído. O prazo começa a contar a partir desta semana. No Senado, a tramitação do projeto tem diferenças em relação ao que aconteceu na Câmara, onde o projeto teve que ser examinado por uma comissão especial. No Senado não há comissão especial e a discussão preliminar acontece na Comissão de Constituição e Justiça e depois vai direto para votação no plenário. O relator do projeto é o senador Tião Viana (PT). Concluído o relatório, a PEC 67 estará pronta para receber os votos a favor ou contra dos senadores.

A coordenação do Fórum Fluminense em Defesa da Previdência Pública está convocando entidades dos servidores para participar da audiência pública com os senadores do Rio de Janeiro sobre a reforma da Previdência. A audiência será realizada às 16h, na Assembléia Legislativa, no Centro do Rio. A mobilização é fundamental neste momento decisivo da luta em defesa da previdência pública e de participação social. Nesta terça-feira, às 16h, acontecerá a reunião ordinária do Fórum, no Sintrasef. O Rio é representado por três senadores: Saturnino Braga (PT), Sérgio Cabral (PMDB) e Marcelo Crivella (PL).

Paim vai apresentar emendas

O PT abandonou sua posição inicial de exigir que os 14 senadores petistas votassem no Senado o texto integral da reforma da Previdência aprovado na câmara, de acordo com o senador Paulo Paim. O senador chegou a ameaçar votar contra o projeto (que no Senado virou PEC 67) caso fosse impedido de propor emendas para alterar alguns pontos do projeto do governo. Até sexta-feira à tarde, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado recebeu 75 emendas à PEC 67, sendo 13 de autoria de Paim. Suas pro-

postas foram endossadas por vários parlamentares do PT, entre eles Eduardo Suplicy. O restante da bancada, na maioria, também encaminhou à CCJ modificações ao texto, como a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA).

Paulo Paim foi acompanhado de representantes de entidades de servidores públicos entregar na CCJ as 13 emendas para o projeto de reforma da Previdência. Segundo o senador, elas englobam sete temas: derruba a contribuição de inativos e pensionistas; restabelece a paridade; mantém a integralidade como está hoje na Constituição; re-

gras de transição; fundos de pensão; subteto único nos estados e equiparação dos policiais civis aos policiais militares. Paim justificou sua posição afirmando que “é necessário, para o bem da democracia, que o Senado debata exaustivamente o assunto e que altere o que for necessário. O Senado não pode se omitir e simplesmente se transformar num carimbador do projeto, um plenário homologatório”.

As duas emendas apresentadas pela senadora Ana Júlia propõe que seja mantida a paridade para os servidores públicos como está na Constituição e que nas

regras de transição estabeleçam melhores opções para quem já está no serviço público. No entendimento da senadora, como houve uma concordância por parte dos governadores sobre a essência do projeto de reforma da Previdência do governo, não haverá desta vez grande pressão pela oposição, principalmente do PFL, na votação da PEC 67, no Senado. “Pelo papel que os senadores representam nos estados, a influência dos governadores é muito forte sobre eles”, acrescentou Ana Júlia.

Foto: Niko Júnior

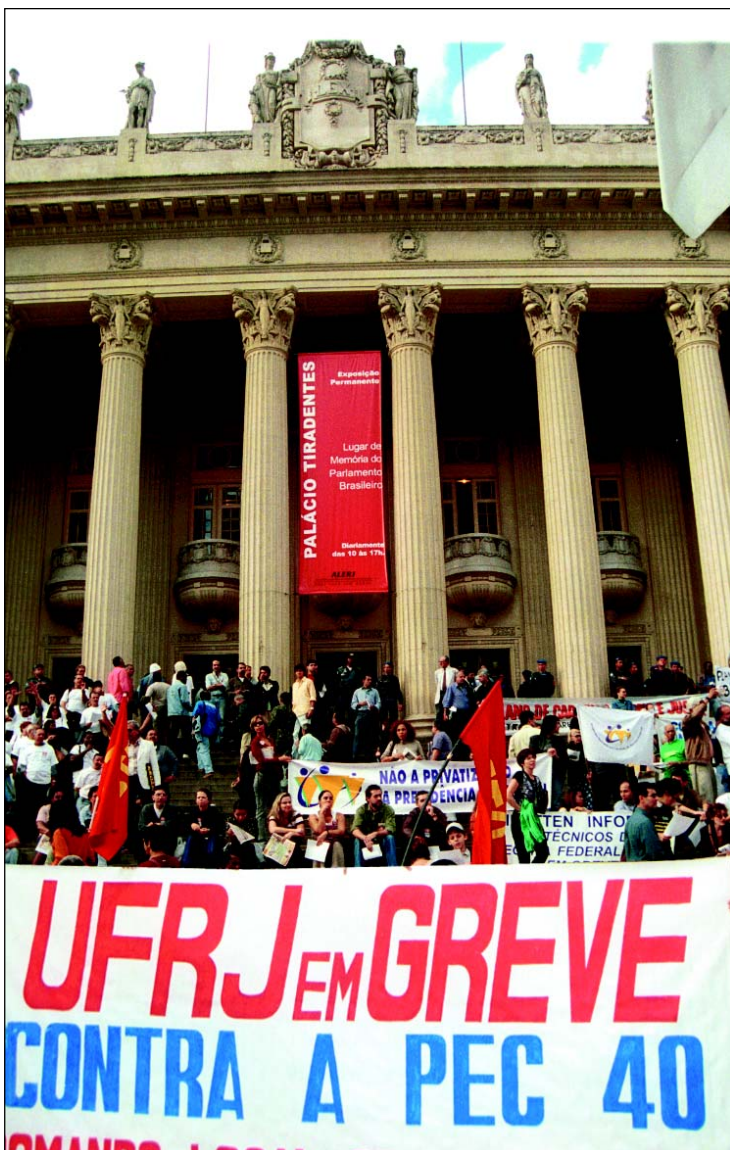


Foto: Niko Júnior



LUTA CONTRA A REFORMA. Funcionários em ato na Assembléia e na Cinelândia. Abaixo, polícia no Congresso

Foto: Agência Brasil



ELEIÇÃO. Faculdade de Educação realiza consulta para escolher nova direção da entidade

Banho de democracia

A consulta à comunidade da Faculdade de Educação para a escolha do novo diretor é um marco da consolidação da democracia naquela unidade, que durante os últimos anos se viu às voltas com as arbitrariedades da diretora Speranza da Matta, finalmente afastada pela Reitoria da UFRJ, que buscou, com a decisão, normalizar o funcionamento administrativo e acadêmico da faculdade. O processo é também resultado da luta e resistência da comunidade em defesa da unidade.

A pesquisa será realizada dias 30 de setembro e 1º de outubro, das 9h às 20h. Apenas uma chapa se inscreveu, formada por Marcelo Correia e Castro e Renato Oliveira,

respectivamente os candidatos a diretor e vice-diretor.

Só haverá urna na faculdade. A apuração será dia 2 de outubro, a partir das 9h. A homologação, pela comissão eleitoral, será no dia 3, às 10h. A Congregação da Faculdade de Educação ainda não definiu a data para a eleição no colegiado.

A comissão organizadora da pesquisa, formada por professores representantes dos departamentos, um representante dos alunos e um dos servidores, organizou quatro debates no Salão Anísio Teixeira: dia 9, às 9h30; dia 17, às 14h; dia 25, às 9h30; e dia 29, às 14h.

Mestrado e Doutorado

Considerando que não

houve inscrição referente ao edital número 25, de 23 de junho de 2003, a Faculdade de Educação da UFRJ, de acordo com o regulamento do Programa de Pós-Graduação, comunica a abertura do processo seletivo ao Curso de Mestrado e Doutorado. As inscrições, que começaram em 2 de setembro, vão até 3 de outubro, no serviço de Protocolo e Arquivo da Faculdade de Educação (Avenida Pasteur, 250, fundos) das 10h às 17h. Mais informações pelo telefone 2295-4047.

A prova escrita será dia 26 de outubro; as entrevistas, de 10 a 14 de novembro. O resultado final será dado dia 21 de novembro. O Programa de Pós-Graduação em Educação abrange atividades de ensino

e de pesquisa que se desenvolvem em dois eixos temáticos: Educação e Sociedade, focalizando, por exemplo, as relações entre o sistema educacional e as desigualdades sociais; e Planejamento, Política e Gestão Educacional, focalizando, por exemplo, problemas como a eficiência dos recursos públicos.

Para Ana Canen, diretora-adjunta da Pós-Graduação, devido ao "ato corajoso do reitor" (ele afastou a diretora Speranza da Matta), a Faculdade de Educação está se reestruturando. O ponto central desta reestruturação é a Pós-Graduação. No início do ano, o programa estava em vias de sofrer descredenciamento pela Capes. O CEPG instituiu uma comissão com represen-

tação dos dois grupos distintos – os que permaneceram na faculdade e os que se retiraram devido às arbitrariedades da diretora – para formular o edital de seleção. Ignorando a negociação, Speranza publicou um edital, suspenso depois pelo CEPG por 90 dias. Speranza entrou na Justiça. O que culminou com o afastamento, pelo reitor, da diretora, depois de esgotadas todas as formas de negociação.

Ana e André Penafirme (coordenador da Pós-Graduação), representantes dos dois grupos, trabalharam juntos para salvar a Pós-Graduação do descredenciamento: "Trabalhamos em bastante sintonia", ressalta Ana, mostrando, satisfeita, a publicação do edital. ■

INFRA-ESTRUTURA

Infiltração nas salas do CCMN

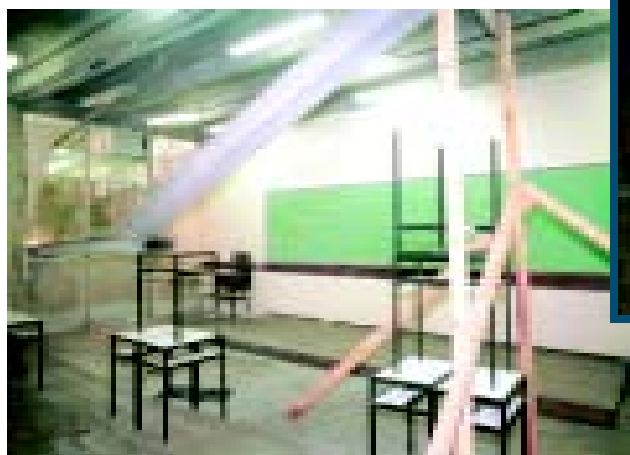
● Inúmeras salas do segundo andar do bloco F do CCMN ficaram cheias de goteiras e infiltrações com as recentes chuvas. As obras no telhado do bloco F do CCMN agravaram um problema já corrente. Com o destelhamento para reforma, a laje, com 22 metros de largura e sem escoamento, juntou água suficiente para infiltrar paredes e descer em imensas goteiras, que encharcaram e estragaram parte do assoalho ou em cachoeira sobre os móveis através de juntas de dilatação em quatro salas.

Com a diminuição das chuvas e a colocação de calhas – no meio das salas – para escoamento da água, o problema foi aos poucos contornado, e a decana prometia a abertura do pavilhão para quinta-feira, dia 4. Mas

em algumas das 32 salas de aula do bloco F em que 87 turmas têm aula – em particular aquelas com as tais juntas de dilatação e cheias de calhas – o reinício das aulas foi inviabilizado. A decana busca o remanejamento das turmas das quatro salas.

Alguns questionam o porquê da obra não ter sido feita em etapas. A decana do CCMN, Ângela Rocha, explica que esta etapa – o destelhamento – tem que ser feita de uma vez e nas férias porque o barulho é muito intenso e prejudicaria as aulas. Por outro lado, não era esperada, neste período, chuva tão intensa. "Está acontecendo isso porque estamos concertando", explica ela, mostrando o documento que foi lido no Consuni, sobre o caso, e que diz: "Mais uma vez submer-

sos. Desta vez, no entanto, não fomos vencidos pelas goteiras do descaso, mas pela reforma do telhado. O mesmo presente nas outras inundações, mas, certamente, um futuro diferente". Segundo conta, a previsão da empresa responsável pela obra é de que metade do telhado esteja coberta em quatro semanas. ■



Salas de aula alagadas devido a goteiras. Calhas foram improvisadas para garantir o escoamento

Fotos: Niko Júnior

MAIS DEMOCRÁTICO: Reitor Aloísio Teixeira propõe mudanças no concurso para 2005

Vestibular: inscrições aumentam na UFRJ



O quadro das inscrições para o vestibular da UFRJ mudou. No fim de agosto, matéria de *O Globo* avaliou que as inscrições para o vestibular ficaram muito abaixo da média porque a classe média fugiu da UFRJ com medo da violência. De fato, estavam registradas até aquele momento apenas 18 mil inscrições e 7 mil isenções, metade da média dos anos anteriores. Moção do CEG, ratificada pelo Consuni, criticou a matéria, pelo foco reducionista do problema que atinge toda a cidade e por omitir a reconhecida excelência acadêmica da UFRJ. Porém, antes mesmo da prorrogação do prazo, a Comissão do Vestibular já contabilizava 40 mil inscrições, fora as 7 mil isenções. Na semana passada, com a prorrogação das inscrições até o dia 5, a perspectiva era atingir 48 mil inscritos, superando até mesmo os números do vestibular anterior.

Para o pró-reitor de Graduação, José Roberto Mayer, um dos motivos do aumento do número de inscrições apenas na reta final pode estar no período oferecido (pelo calendário anterior, terminaria no dia 29, fim do mês, uma época complicada para pagar uma taxa de inscrição que não é pequena: R\$ 80,00). Mayer propôs que no próximo vestibular a inscrição feita seja do dia 20 ao dia 10.

Aliás, apesar da reitoria pretender a

democratização do acesso, o valor da taxa (em média, no nível das demais universidades) não deve diminuir. O pró-reitor explica que o custo do vestibular é muito alto (por exemplo, com elaboração e correção de provas e muitas pessoas envolvidas): "Se existisse uma forma de diminuir seria interesse nosso, com certeza, para democratizar o acesso. Com certeza, vamos pensar nisso, mas não significa que vamos diminuir o valor."

A Reitoria está pensando em viabilizar o acesso para estudantes da rede pública sem vestibular já em 2005. Uma comissão está sendo formada para buscar alternativas de melhorar o acesso em médio e longo prazo. Será integrada por professores da UFRJ e de outras instituições, de um representante técnico-administrativo e dos estudantes. O pró-reitor pretende que comece a trabalhar imediatamente e assim que for instalada entrará em contato com a Secretaria Estadual de Educação e com escolas públicas para um trabalho conjunto. As propostas da comissão serão encaminhadas aos conselhos para aprovação. "Não quer dizer que em 2005 não haverá vestibular", alerta o pró-reitor, explicando que alguns alunos da rede pública terão acesso sem vestibular, mas ainda não está definido o percentual de vagas destinado a este segmento. ■

CEG apóia conselheiro

● O Conselho de Ensino de Graduação aprovou por unanimidade, na sessão ordinária da última quarta-feira, 3 de setembro, uma declaração de apoio ao conselheiro Fábio Samu, representante dos estudantes. Ele tentou apurar informações sobre o afastamento do professor do Departamento de Filosofia

do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Wilmar do Vale Barbosa. Por isso está sendo processado por Wilmar.

Segundo o texto aprovado no CEG, o conselheiro, no exercício das suas atribuições como representante dos alunos no CEG, solicitou ao Departamento de Filosofia e à di-

reção do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais informações sobre o afastamento de docente do referido departamento. Todo encaminhamento feito por Samu, diz o CEG, foi dentro dos espaços legais definidos pelo estatuto da UFRJ, assim como seus regimentos: ele solicitou informações e documentos relativos ao afastamento do docente. A preocupação do conselheiro foi provocada pela carência de professores na UFRJ. Todas as informações que solicitou são públicas. Para os conselheiros do CEG, a UFRJ deve incentivar o controle social sobre todos os seus atos em todas as instâncias.

Mesmo assim, o conselheiro recebeu uma moção de repúdio do Conselho Departamental de Filosofia, em janeiro deste ano, e está sendo processado na Justiça comum pelo docente. O CEG resolveu encaminhar à Reitoria da UFRJ uma solicitação para que seja dado todo respaldo jurídico ao conselheiro Fábio Samu. ■

A edição 582 do Jornal do SINTUFRJ que circulou na semana passada com matéria sobre a agressão sofrida pelo fotógrafo Avanir Magalhães nas dependências do restaurante da Faculdade de Letras foi recolhida e queimada por orientação da diretora da unidade, Edione Trindade de Azevedo. A diretoria do Sindicato formalizou denúncia à Reitoria da universidade contra a diretora que na quarta-feira, 27 de agosto, liderou uma ação que resultou em constrangimento físico e moral do fotógrafo do SINTUFRJ, que também foi expulso. Assembleia dos funcionários da UFRJ aprovou moção de repúdio ao "atentado contra liberdade de expressão" no interior do campus. A conselheira Ana Maria Ribeiro denunciou aos demais membros do CEG o fato. O fotógrafo foi agredido quando registrava imagens para matéria sobre alimentação no Fundão.

Diretora põe fogo no jornal

Sindicato formaliza denúncia à Reitoria e exige providências

Entulho autoritário

A conjuntura aberta com a eleição de um reitor com assumidos com promissos com o diálogo e a democracia ainda não foi suficiente para remover integralmente a excrescência autoritária que vicejou na obscura gestão do reitor-interventor. O entulho autoritário se manifestou na Faculdade de Letras (com insultos e intimidação física) um profissional do Jornal do SINTUFRJ.



Veja trechos do documento encaminhado à Reitoria

(...) É com muito espanto e indignação que dentro deste novo quadro na UFRJ, somos surpreendidos com atitudes que lembram aqueles tempos nefastos, quando a universidade estava sob intervenção (...). Um profissional do SINTUFRJ - o fotógrafo é submetido a constrangimento moral, agressão física e ameaças, sendo expulso aos brados das dependências da Faculdade de Letras, numa ação liderada pela diretora da unidade, Edione Trindade de Azevedo. (...) um grave atentado à liberdade de expressão e informação, di-

reito reconquistado no país depois de 20 anos de ditadura militar.

(...) Diretor(a), não pode transformar a unidade que está sob sua responsabilidade em um feudo, onde ele(a) é o senhor(a) absoluto. Não podemos permitir que tais transgressões afetem o espírito de democracia que está instalado nesta gestão e se formos permissivos corremos o risco de sermos acudados e cerceados no direito de ir e vir.

Por esta razão, estamos

formalizando a denúncia e cobrando que providências de modo a garantir não somente ao sindicato acesso a qualquer unidade, mas a todos os servidores, alunos e professores o direito legíti-

mo de circular livremente pelas dependências da universidade.

Para nós, esta atitude não tem justificativa e merece reatuação. A intervenção da Reitoria é fundamental para

restaurarmos a normalidade e o respeito a todas as pessoas que transitam neste campus.

Aguardamos pronunciamento sobre o assunto.
DIRETORIA DO SINTUFRJ.

Assessores estudam ação

Assessores jurídicos de entidades nacionais e de base dos servidores públicos estiveram reunidos, em Brasília, na última sexta-feira, discutindo as medidas cabíveis que poderão ser adotadas pela FASUBRA e os sindicatos, de intervenção na Ação de Inconstitucionalidade do artigo 243 da Lei nº 8.112, que determinou a incorporação ao regime jurídico único dos servidores que entraram no serviço público a partir de 1999. A Adin tramita no Supremo Tribunal Federal (STF) desde 15 de agosto, e o autor é o Procurador Geral da República, Claudio Fonteles.

Nesta primeira reunião dos assessores para tratar do assunto, foi feita uma avaliação detalhada da situação. Como não há pedido de liminar e nem cautelar, os advogados concluíram que não há riscos de ocorrer de imediato a transformação dos servidores, e outros interessados poderão exercer a defesa. Eles propuseram às entidades várias teses que poderão ser usadas na Adin, entendendo que as intervenções deverão ser de caráter mais político do que jurídico.

Tarefas - Segundo descobriram os assessores,

o texto da Adin menciona que ela atende solicitação do subprocurador Geral da República Antonio Augusto Cesar, e que não tem intenção de ser um instrumento político. Cabe ao STF declarar a inconstitucionalidade ou não do artigo 243. Uma das tarefas assumidas pelos advogados das entidades foi fazer uma sondagem junto aos ministros do STF e para saber qual o comportamento deles com relação a ação. O mesmo farão com os procuradores da Procuradoria Geral da República.